

ID: 117857103

25-06-2025

ECO AO  
QUADRADO

**CATARINA ROSETA PALMA**  
Professora Associada, ISCTE  
Business School

## O planeta Mar

O nosso planeta chama-se Terra, mas um nome mais certo seria Mar, uma vez que 70% da superfície está debaixo de água.

**N**os últimos dias as notícias de guerra, alternando bombardeamentos e propostas de cessar-fogo, sucedem-se. Somos dominados por uma especulação febril sobre o que será de nós se os conflitos alastrarem. Metidos neste corrúpio, poucos deram a devida atenção à Cimeira dos Oceanos das Nações Unidas, que decorreu em Nice, apesar de todos sabermos da importância que os oceanos têm para o ecossistema terrestre. O nosso planeta chama-se Terra, mas um nome mais certo seria Mar, uma vez que 70% da superfície está debaixo de água. Por isso, e nas palavras de António Guterres, salvar o oceano é salvar o nosso futuro. Durante a Cimeira dos Oceanos houve um aumento relevante dos países signatários do novo Tratado do Alto Mar (BBNJ), que fica mais próximo de entrar em vigor, a União Europeia anunciou um novo Pacto para os Oceanos e apoiou a moratória à mineração em mar profundo, e a

Declaração de Nice, assinada por 95 países, reivindicou um tratado global ambicioso para lidar com a poluição por plásticos ao longo de todo o seu ciclo de vida. Portugal aproximou-se, entretanto, do objetivo de proteger 30% da superfície marinha até 2030, com o anúncio de uma nova área marinha protegida (AMP) no Banco de Gorringe.

Estes esforços são ainda insuficientes para assegurar o bom estado dos ecossistemas marinhos, sujeitos a inúmeras pressões como a subida das temperaturas, a acidificação, a poluição por plásticos e por escorrências da atividade agrícola, e a sobre-exploração das espécies marinhas por uma frota pesqueira industrial cada vez mais possante. Os estudos recentes dos ecossistemas marinhos mostram, no entanto, que uma estratégia de proteção, através da criação de santuários ou refúgios sem atividades extrativas, não só traz benefícios signi-

ficativos para as espécies que vivem dentro da própria zona protegida, mas também dá origem a repercussões positivas fora dela, permitindo a recuperação das populações de muitas espécies marinhas, incluindo as que têm valor comercial.

Para maximizar os benefícios é essencial que as áreas marinhas a proteger sejam escolhidas com base no conhecimento científico sobre os habitats mais críticos e sobre as áreas com maior biodiversidade. Embora à superfície um olhar menos atento só veja um azul aparentemente homogêneo a perder de vista, no mar, tal como em terra, as características topográficas submarinas criam condições especiais em certas zonas, que só agora começam a ser conhecidas. Por exemplo, o trabalho de investigação desenvolvido por equipas portuguesas tem contribuído para mostrar o valor de fontes hidrotermais submarinas, no arquipélago dos Açores, em torno

das quais se desenvolve todo um ecossistema único, baseado na energia geotérmica; zonas migratórias ou áreas de residência da megafauna marinha (projeto MegaMove); ou recifes costeiros como o Recife do Algarve – Pedra do Valado (Parque Natural desde 2023), entre muitos outros.

Todo este conhecimento deve ser mobilizado para assegurar que as medidas a implementar na Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas sejam eficazes, promovendo a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade na exploração dos recursos marinhos. A revisão da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB2030), que entrará brevemente em consulta pública, tem de dar a devida atenção a estas áreas protegidas que só se revelam a quem nelas mergulha. O benefício não será só de Portugal, porque no mar não há fronteiras. ■  
Coluna mensal à quarta-feira